

Banco Morgan Stanley S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro
de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditore independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balanços patrimoniais consolidados	6
Demonstrações de resultados consolidadas	7
Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	9
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e aos Acionistas do
Banco Morgan Stanley S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*



(IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em



nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Morgan Stanley S.A.

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	12	2.255.560	5.502.750	Passivos financeiros mantidos para negociação	15	2.619.004	5.142.858
Ativos financeiros mantidos para negociação	13	2.239.962	4.787.058	Credores por empréstimos de ações		1.396.788	459.538
Instrumentos financeiros derivativos		1.573.204	4.424.869	Outros credores por liquidação pendente		172.016	268.087
Outros ativos financeiros mantidos para negociação		666.758	362.189	Instrumentos financeiros derivativos		1.050.200	4.415.233
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	13	945.515	1.090.064	Passivos financeiros ao custo amortizado	15	4.588.319	7.231.248
Ativos financeiros disponível para venda	13	209.565	1.115.471	Operações compromissadas		1.103.982	1.083.664
Ativos financeiros disponível para venda		209.565	1.115.471	Depósitos de clientes		1.704.971	5.649.062
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	13	2.341.109	1.560.327	Obrigações por empréstimos e repasses		771.580	379.704
Operações compromissadas		2.341.109	1.560.327	Outros Passivos financeiros		1.007.786	118.818
Empréstimos e recebíveis clientes	13	397.315	150.375	Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado		128.308	-
Recebíveis de clientes		24.427	40.586	Certificado de Operações Estruturadas		128.308	-
Negociação e Intermediação de Valores		372.888	109.789	Passivos fiscais	18	87.867	54.007
Ativo imobilizado	21	5.860	8.178	Passivos por impostos correntes		34.962	19.596
Ativos por impostos diferidos	17	44.311	57.065	Passivos por impostos diferidos		52.905	34.411
Outros ativos	19	997.419	134.787	Outros passivos	20	278.036	404.890
Total do ativo		<u>9.436.616</u>	<u>14.406.075</u>	Patrimônio líquido			
				Capital	22	988.431	772.084
				Reserva de capital		-	-
				Reserva de valor justo		42.316	26.916
				Outras reservas e resultados acumulados		704.335	774.072
				Total do patrimônio líquido		1.735.082	1.573.072
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.436.616</u>	<u>14.406.075</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Receitas de juros	5	1.199.898	776.375
Despesas de juros	5	(595.458)	(539.442)
Resultado líquido de juros		604.440	236.933
Receitas de serviços e comissões	6	88.802	81.950
Despesas de serviços e comissões	6	(2.752)	(3.132)
Resultado líquido de serviços e comissões		86.050	78.818
Ganho líquido de ativos e passivos financeiros para negociação	7	(130.422)	129.089
Ganho líquido de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	7	173.353	128.113
Ganho líquido realizado de ativos financeiros disponível para venda	7	5.676	7.737
Ganho líquido de variação cambial	8	(119.246)	159.263
Despesas administrativas	9	(290.506)	(271.851)
Depreciações e amortizações	21	(3.253)	(3.643)
Despesas de provisões operacionais			-
Outras despesas operacionais	10	(39.280)	(41.364)
Outras receitas operacionais		1.952	5.148
Resultado antes dos impostos		288.764	428.243
Impostos correntes	11	(71.105)	(24.084)
Impostos diferidos	11	(18.660)	(56.158)
Resultado líquido do exercício		<u>198.999</u>	<u>348.001</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2016	2015
Resultado líquido do exercício		<u>198.999</u>	<u>348.001</u>
Outro resultado abrangente, líquido de impostos		15.402	768
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>		15.402	768
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda		27.951	5.369
Efeito tributário		(12.549)	(4.601)
Resultado abrangente total no exercício		<u>214.401</u>	<u>343.400</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	725.207	486	57.072	447.055	26.148	-	1.255.968
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 30/04/2015	46.391	-	-	-	-	-	46.391
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 15/06/2015	486	(486)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	768	-	768
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	348.001	348.001
Destinação dos lucros:							
Reserva legal	-	-	17.400	-	-	(17.400)	-
Reserva estatutária	-	-	-	252.545	-	(252.545)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(78.056)	(78.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>772.084</u>	<u>-</u>	<u>74.472</u>	<u>699.600</u>	<u>26.916</u>	<u>-</u>	<u>1.573.072</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	772.084	-	74.472	699.600	26.916	-	1.573.072
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 30/04/2016	216.347	-	-	(150.000)	-	-	66.347
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	15.400	-	15.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	198.999	198.999
Destinação dos lucros:							
Reserva legal	-	-	9.661	-	-	(9.661)	-
Reserva estatutária	-	-	-	70.602	-	(70.602)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(118.736)	(118.736)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>988.431</u>	<u>-</u>	<u>84.133</u>	<u>620.202</u>	<u>42.316</u>	<u>-</u>	<u>1.735.082</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Morgan Stanley S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	198.999	348.001
Ajustes ao lucro líquido	(28.547)	11.309
Depreciação e amortização	3.253	3.643
Variação cambial sobre investimento no exterior	36.031	(78.912)
Contituição de provisão	-	1.552
Juros diferidos	(67.831)	85.026
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	1.707.288	(1.855.243)
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.547.096	(2.689.339)
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	144.549	169.780
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	(780.782)	1.112.590
Empréstimos e recebíveis clientes	(246.940)	233.576
Ativos financeiros disponível pra venda	905.905	(560.504)
Impostos a compensar	92	(401)
Outros ativos	(862.632)	(120.945)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	(2.547.382)	1.876.917
Passivos financeiros para negociação	(2.523.854)	1.765.356
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	128.308	-
Passivos fiscais	21.105	3.267
Outros passivos	(126.853)	127.111
Impostos pagos	(46.088)	(18.817)
Fluxos de caixa gerados/(utilizados) em atividades operacionais	(840.094)	21.674
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(935)	(933)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(935)	(933)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	66.347	46.391
Passivos financeiros ao custo amortizado	(2.642.929)	926.386
Fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento	(2.576.582)	972.777
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	(31)	-
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(3.247.190)	1.352.828
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.502.750	4.149.922
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.255.560	5.502.750
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	(3.247.190)	1.352.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

-

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) é um banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC)*.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas para divulgação pela administração em 24 de março de 2017.

b. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo e mantidos para negociação.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros - nota 3k
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3r
- Pagamento baseado em ações - nota 3t
- Contingências - nota 3s

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco, de sua agência em Grand Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado “(Brasil)” e Morgan Stanley Derivatives Products Fund “(Cayman)” dos quais o Banco detém 100% de participação, e sobre os quais o Banco exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e das empresas controladas pelo Banco.

Saldo e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados abrangentes incluem:

- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base nos juros efetivos;

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação

O resultado de ativos e passivos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos designados ao valor justo no resultado, contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

g. Resultado de ativos financeiros disponível para venda

O resultado de ativos financeiros disponíveis para venda inclui os ganhos e as perdas realizadas relacionados com os ativos financeiros disponíveis para venda, e inclui todas as alterações realizadas de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

Os títulos disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, devidamente reduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicáveis.

h. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

i. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

j. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são contabilizadas no balanço pelo custo amortizado. (nota 12)

k. Ativos e passivos financeiros

Classificação

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Reconhecimento

Inicialmente, o Consolidado reconhece empréstimos, adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos ao valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos, quando não classificados na categoria “a valor justo pelo resultado” e “mantidos para negociação”, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Consolidado, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Consolidado efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiram.

Transações de transferência de ativos reconhecidos no balanço, em que são retidos os riscos e as recompensas dos ativos transferidos, ou uma parcela destes, tais ativos não são baixados do balanço. As transferências de ativos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e as recompensas, incluem, por exemplo, empréstimo de títulos e transações de recompra.

Em transações em que o Consolidado não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Consolidado deixa de exercer controle sobre este.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Consolidado continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Consolidado possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um grupo de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Consolidado.

Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por perda por redução ao valor recuperável.

Avaliação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Consolidado utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Consolidado utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Identificação e avaliação de impairment

Em cada data de balanço, a Administração avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo no resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas em empréstimos e adiantamentos. Os juros do ativo com *impairment* continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

Quando um evento subsequente causa uma redução no volume da perda por *impairment*, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por *impairment* com títulos disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* em títulos disponíveis para venda, a perda por *impairment* é revertida contra o resultado do período.

Quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um título disponível para venda com *impairment*, entretanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada para obter lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos mantidos para negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

m. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

O Consolidado mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.
- (ii) **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de *hedge* vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de *hedge* accounting, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendem à classificação de *hedge*, que são, contudo, utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são registrados contabilmente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados do Consolidado.

n. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo no resultado

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros - Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado.

O Consolidado designou certos instrumentos financeiros a valor justo no resultado a fim de eliminar incompatibilidade de contabilidade que de outra forma ocorreria.

Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado estão representados por títulos públicos adquiridos com a intenção de garantir operações de empréstimos de ações em bolsa. Este grupo

de ativo faz parte da estratégia interna de gestão de investimentos mantidas pela administração e o seu desempenho está avaliado em base de valor justo pelo resultado.

Os ativos financeiros acima descritos estão contabilizados no fundo exclusivo Caieiras Fundo de Investimento Multimercado, no qual os ativos líquidos desta entidade são administrados com base no valor justo e o desempenho desses ativos são monitorados pela administração ativamente.

o. Ativos financeiros disponível para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou não classificados em nenhuma das outras categorias de instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no outro resultado abrangente.

p. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em despesas e receitas de juros.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Operações compromissadas;
- Depósitos;
- Obrigações por empréstimos e repasses; e
- Outros passivos financeiros.

q. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

r. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

s. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Consolidado tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de

uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

t. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Consolidado participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêem o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Consolidado. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“*grant date*”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“*vesting period*”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Consolidado concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

u. Eventos subsequentes

Não houve nenhum evento subsequente que refletisse algum ajuste contábil.

v. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Os novos pronunciamentos, aditivos a pronunciamentos e interpretações abaixo ainda não são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas:

IFRS 9: Instrumentos financeiros (substituição da IAS 39)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

• ***IFRS 15 Revenue from contracts with customers (receita de contratos com clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável

a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos.

O Consolidado está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações

O Consolidado avaliará os impactos da adoção desta norma quando todas as alterações estiverem finalizadas.

4 Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Apresentamos abaixo os efeitos entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Patrimônio líquido BRGAAP	1.687.002	1.546.083
Ajuste a valor de mercado ações (a)	76.905	49.070
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	9.652	-
Efeito Fiscal (c)	(38.477)	(22.081)
Patrimônio líquido IFRS	1.735.082	1.573.072

O resultado do IFRS, em 31 de dezembro de 2016 foi impactado no montante de R\$ 5.782 (não houve ajuste no resultado no exercício de 2015), líquido de impostos, referente ao ajuste a valor justo dos certificados de operações estruturadas, conforme conciliação do resultado abaixo:

Conciliação do Resultado	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Resultado líquido do exercício - BRGAAP	193.217	348.002
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	9.652	-
Efeito Fiscal (c)	(3.870)	-
Resultado líquido do exercício - IFRS	198.999	348.002

a. Reconhecimento e mensuração de investimentos

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo.

Assim para o IFRS o Banco reclassificou seus investimentos, no “BRGAAP” avaliados ao custo, para disponível para venda, onde foi efetuado cálculo do valor justo. A diferença entre o BR GAAP e o IFRS impactou no aumento do ativo e conseqüentemente do patrimônio do Consolidado.

b. Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo.

Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou os certificados de operações estruturadas - COE ao valor presente e adicionado o componente de DVA “*Debit Valuation Adjustment*”

c. Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

5 Resultado líquido de juros

	2016	2015
Receitas de juros		
Caixa e equivalentes de caixa	758.578	365.079
Operações compromissadas	393.339	352.065
Ativos financeiros disponíveis para venda	41.757	57.662
Dividendos	2.484	33
Rendas de operações de câmbio financeiro	1.150	355
Rendas de operação de crédito	2.590	1.181
Total	<u>1.199.898</u>	<u>776.375</u>
Despesas de juros		
Depósitos de instituições financeiras	-	(222)
Depósitos de clientes	(240.955)	(280.508)
Operações compromissadas	(267.824)	(220.684)
Despesas de Operações de Câmbio	(15.831)	-
Despesas de empréstimos de títulos e valores mobiliários	(70.263)	(36.658)
Outros	(585)	(1.370)
Total	<u>(595.458)</u>	<u>(539.442)</u>
Resultado líquido de juros	<u>604.440</u>	<u>236.933</u>

6 Resultado líquido de serviços e comissões

	2016	2015
Receitas de serviços e comissões		
Assessoria e comissão de colocação de Títulos em Oferta Pública	88.802	81.950
Total	<u>88.802</u>	<u>81.950</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(2.752)	(3.132)
Total	<u>(2.752)</u>	<u>(3.132)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u>86.050</u>	<u>78.818</u>

7 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2016	2015
Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação		
Ganhos /(Perdas) - Swap	37.503	(16.096)
(Perdas)/Ganhos - Futuros	(24.419)	107.456
(Perdas) - Termo	(401.827)	(104.003)
Ganhos - Opções	433.097	108.708
(Perdas)/Ganhos - Ações	(174.424)	32.487
(Perdas)/Ganhos - Outros	<u>(352)</u>	<u>537</u>
Total	<u><u>(130.422)</u></u>	<u><u>129.089</u></u>
Resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado		
Ganhos - Títulos Públicos	171.507	128.113
Ganhos - Certificado de Operações estruturadas	<u>1.846</u>	<u>-</u>
	<u><u>173.353</u></u>	<u><u>128.113</u></u>
Resultado de ativos financeiros disponível para venda		
Ganho	12.269	21.926
Perdas	<u>(6.593)</u>	<u>(14.188)</u>
Ganhos líquidos dos Títulos Públicos	<u><u>5.676</u></u>	<u><u>7.738</u></u>

8 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial é composto, basicamente, por operações em moeda estrangeira e atualização de investimento no exterior, no valor negativo de R\$ 119.246 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (valor positivo de R\$ 159.263 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

9 Despesas Administrativas

	2016	2015
Despesa de Pessoal	(172.846)	(192.268)
Plano de incentivos em Ações	(33.772)	(15.051)
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(4.494)	(4.617)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	(4.230)	(3.812)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(4.398)	(23.850)
Despesas de aluguéis	(3.592)	(3.648)
Despesas de viagens	(4.606)	(6.263)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.332)	(1.374)
Despesa de corretagem	(49.942)	(13.122)
Despesa de taxa de administração de fundo	(1.213)	(1.122)
Outras	<u>(10.081)</u>	<u>(6.724)</u>
Total	<u><u>(290.506)</u></u>	<u><u>(271.851)</u></u>

10 Outras despesas operacionais

	2016	2015
Reversão de provisões	-	(3.452)
Despesas com contingência	-	(1.552)
Despesas com projetos	-	(1.134)
Despesa de ISS	(4.449)	(4.118)
Contribuição ao COFINS	(24.497)	(24.521)
Contribuição ao PIS	(3.981)	(3.985)
Outras despesas operacionais	<u>(6.352)</u>	<u>(2.602)</u>
Total	<u><u>(39.280)</u></u>	<u><u>(41.364)</u></u>

11 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos impostos	288.764	288.764	428.243	428.243
Juros sobre o capital próprio	(118.736)	(118.736)	(78.056)	(78.056)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital	170.027	170.027	350.187	350.187
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	98	98	3.794	3.794
Resultados com Investimentos no exterior	15.297	15.297	(138.513)	(138.513)
Lucro de subsidiárias no exterior	20.734	20.734	59.601	59.601
Lucros e dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição	-	-	(71.105)	(71.105)
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	(11.463)	(11.463)	(110.085)	(110.085)
Remuneração variável	5.903	5.903	(10.638)	(10.638)
Amortização de despesas	(488)	(488)	(585)	(585)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	(31.077)	(31.077)	(24.797)	(24.797)
Base de cálculo	169.032	169.032	57.859	57.859
Contribuição social e Imposto de renda diferido sobre ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos, bem como sobre as diferenças temporárias geradas em função pelo art. 32 da Lei nº 11.051/04	7.705	4.995	(4.191)	(2.530)
Passivo Fiscal diferido	3.718	2.242	41.914	20.965
Total Diferido (Ativo) Passivo	<u>11.423</u>	<u>7.237</u>	<u>37.723</u>	<u>18.435</u>

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2016	2015
Lucro antes da tributação e após juros sobre capital próprio	170.028	350.187
Imposto de renda e contribuição social	<u>89.765</u>	<u>80.241</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda	<u><u>52,79%</u></u>	<u><u>22,91%</u></u>

12 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
	Valor contábil	Valor contábil
Disponibilidade em moeda	139.950	4.139.251
Disponibilidades em operações compromissadas	2.115.610	1.363.499
Total	2.255.560	5.502.750

13 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap	569.781	569.781	3.072.180	3.072.180
NDF	40.877	40.877	213.191	213.191
Futuros	1.496	1.496	487	487
Opções	931.195	931.195	368.459	368.459
Termo	29.855	29.855	770.552	770.552
Outros ativos financeiros mantidos para negociação				
Ações de Companhias Abertas	656.820	656.820	355.771	355.771
Cotas de Fundo de Investimento	9.938	9.938	6.418	6.418
Total	2.239.962	2.239.962	2.091.719	4.787.058
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	945.515	945.515	1.090.064	1.090.064
Total	945.515	945.515	1.259.844	1.090.064
Ativos financeiros disponível para venda				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	125.828	125.828	1.002.293	1.002.293
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1.871	1.871	58.776	58.776
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	370	370
Renda Variável				
Ações de Companhias Abertas	81.866	81.866	54.032	54.032
Total	209.565	209.565	1.115.471	1.115.471
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras				
Operações compromissadas	2.341.109	2.341.109	1.560.327	1.560.327
Total	2.341.109	2.341.109	1.560.327	1.560.327
Empréstimos e recebíveis clientes				
Recebíveis				
Clientes	24.427	24.427	40.586	40.586
Negociação e Intermediação de Valores	372.888	372.888	109.789	109.789
Total	397.315	397.315	150.375	150.375

Os ativos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

14 Transferência de ativos financeiros

No ano de 2016 em seu curso dos negócios, o Consolidado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública.

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Consolidado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Consolidado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de seu valor e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Consolidado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 não havia saldo de títulos vinculados a operações compromissadas.

Ações dadas como empréstimo

O aluguel de ações é uma operação em que o doador (dono das ações a serem alugadas) empresta suas ações a outro investidor (tomador), cobrando uma taxa por isso, por prazos variados. O tomador passa, assim, a poder negociar as ações. Até o fim do período de aluguel, o tomador deve devolvê-las ao doador.

O risco da operação reside na ponta tomadora, por uma eventual inadimplência financeira (remuneração ao doador dos ativos e taxa de liquidação) ou pela não devolução dos ativos.

Contudo, existem normas e controles que permitem uma administração segura do negócio, a começar pelas garantias que são exigidas pela BM&FBovespa. A partir da liquidação do empréstimo, as garantias depositadas são liberadas e ficam novamente à disposição do tomador.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Consolidado possuía direitos por empréstimos de ações, registrada na rubrica de “negociação e intermediação de valores”, conforme abaixo:

	2016	2015
Empréstimo e recebíveis clientes		
Ações dadas por empréstimo	218.270	43.994

15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos financeiros mantidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivativos				
<i>Swap</i>	641.294	641.294	3.221.617	3.221.617
NDF	85.962	85.962	185.665	185.665
Opções	289.497	289.497	237.331	237.331
Futuros	3.862	3.862	122	122
Termo	29.584	29.584	770.498	770.498
Negociação e Intermediação de Valores				
Credores por empréstimos de ações	1.396.788	1.396.788	459.538	459.538
Outras	172.017	172.017	268.087	268.087
Total	<u>2.619.004</u>	<u>2.619.004</u>	<u>5.142.858</u>	<u>5.142.858</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Operações Compromissadas	1.103.981	1.103.982	1.083.664	1.083.664
Total	<u>1.103.981</u>	<u>1.103.982</u>	<u>1.083.664</u>	<u>1.083.664</u>
Títulos Emitidos				
Depósitos de Clientes	1.704.971	1.704.971	5.649.062	5.649.062
Total	<u>1.704.971</u>	<u>1.704.971</u>	<u>5.649.062</u>	<u>5.649.062</u>
Obrigações Por Empréstimo e Repasse				
Empréstimo em moeda estrangeira	<u>771.580</u>	<u>771.580</u>	<u>379.704</u>	<u>379.704</u>
Outros passivos				
Operações de câmbio	<u>1.007.786</u>	<u>1.007.786</u>	<u>118.818</u>	<u>118.818</u>
Total	<u>4.588.319</u>	<u>4.588.319</u>	<u>7.231.248</u>	<u>7.231.248</u>
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado				
Certificado de Operações Estruturadas	<u>128.308</u>	<u>128.308</u>	-	-
Total	<u>128.308</u>	<u>128.308</u>	-	-

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e operações de longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

16 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por

meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por operações compromissadas (de um dia de liquidação), depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base em preços divulgados pela BM&FBovespa.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

O valor justo dos certificados de operações estruturadas foram apurados da seguinte forma:

O valor justo dos certificados de operações estruturadas é obtido com base nas curvas de juros e preços listados dos ativos objetos. Estes valores são públicos e observáveis no mercado, através da BMF&BOVESPA, Reuters e Bloomberg. O certificados de operações estruturadas, utilizando-se desses preços, é trazido a valor presente diariamente até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.
- **Nível 2** - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.
- **Nível 3** - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia instrumentos financeiros classificados no Nível 3.

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1 e 2 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2016

	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos						
<i>Swap</i>	-	569.781	569.781	-	3.072.180	3.072.180
NDF	-	40.877	40.877	-	213.191	213.191
Futuros	1.496	-	1.496	487	-	487
Opções	913.112	18.083	931.195	368.459	-	368.459
Termo	29.855	-	29.855	770.552	-	770.552
Outros ativos financeiros mantidos para negociação						
Ações de Companhias Abertas	656.820	-	656.820	355.771	-	355.771
Cotas de Fundo Imobiliário	9.938	-	9.938	6.418	-	6.418
Total	1.611.221	628.741	2.239.962	1.501.687	3.285.371	4.787.058
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	945.515	-	945.515	1.090.064	-	1.090.064
Total	945.515	-	945.515	1.090.064	-	1.090.064
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	125.828	-	125.828	1.002.293	-	1.002.293
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1.871	-	1.871	58.776	-	58.776
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	370	-	370
Renda Variável						
Ações de Companhias Abertas	81.866	-	81.866	54.032	-	54.032
Total	209.565	-	209.565	1.115.471	-	1.115.471
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras						
Recebíveis						
Operações compromissadas	-	2.341.109	2.341.109	-	1.560.327	1.560.327
Depósitos financeiros	-	-	-	-	-	-
Total	-	2.341.109	2.341.109	-	1.560.327	1.560.327
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis						
Clientes	-	24.427	24.427	-	40.586	40.586
Negociação e Intermediação de Valores						
Valores	372.888	-	372.888	109.789	-	109.789
Total	372.888	24.427	397.315	109.789	40.586	150.375

	2016			2015		
	Nível 1	Nível2	Total	Nível 1	Nível2	Total
Passivos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos						
<i>Swap</i>	-	641.294	641.294	-	3.221.617	3.221.617
NDF	-	85.962	85.962	-	185.665	185.665
Opções	289.497	-	289.497	237.331	-	237.331
Futuros	3.862	-	3.862	122	-	122
Termo	29.584	-	29.584	770.498	-	770.498
Negociação e Intermediação de Valores						
Credores por empréstimos de ações	1.396.788	-	1.396.788	459.538	-	459.538
Outras	172.017	-	172.017	268.087	-	268.087
Total	1.891.748	727.256	2.619.004	1.735.576	3.407.282	5.142.858
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Operações Compromissadas	1.103.981	-	1.103.981	1.083.664	-	1.083.664
Total	1.103.981	-	1.103.981	1.083.664	-	1.083.664
Títulos Emitidos						
Depósitos de Clientes	-	1.704.971	1.704.971	-	5.649.062	5.649.062
Total	-	1.704.971	1.704.971	-	5.649.062	5.649.062
Obrigações Por Empréstimo e Repasse						
Empréstimo em Moeda Estrangeira	-	771.580	771.580	-	379.704	379.704
Outros passivos						
Operações de câmbio	-	1.007.787	1.007.787	-	118.818	118.818
Total	1.103.981	3.484.338	4.588.319	1.083.664	6.147.584	7.231.248
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Certificado de Operações Estruturadas	-	128.808	128.308	-	-	-
Total	-	128.808	128.308	-	-	-

17 Ativos por impostos diferidos

a. Créditos tributários

Natureza e origem

	2016	2015
Diferenças temporárias	44.311	43.973
Ajuste ao valor de mercado	5.499	8.430
Provisão para bônus e gratificação periódica	36.505	32.977
Provisão para devedores duvidosos	2.307	2.346
Outros	-	220
Prejuízo fiscal e base negativa	-	13.092
Total de créditos tributários - ativo	44.311	57.065

Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram constituídos sobre diferença entre valor contábil e base fiscal de operações de instrumentos financeiros e sobre as diferenças temporárias das provisões indedutíveis.

- **Crítérios de constituição** Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 25.304 (2015 - R\$ 33.043), e 20% para os créditos tributários que irão se realizar até 31 de dezembro de 2018 e 15% para os créditos tributários que irão se realizar a

partir de 01 de janeiro de 2019 para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 19.007 (2015 - R\$ 24.022).

- **Valores constituídos e baixados no período** - A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2015	57.065	57.065
Constituição	3.306	3.306
(Reversão/realização)	(16.060)	(16.060)
Saldo Final em 31/12/2016	44.311	44.311

	2015	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2014	119.893	119.893
Constituição no exercício	117.978	117.978
(Reversão/realização)	(180.806)	(180.806)
Saldo Final em 31/12/2015	57.065	57.065

- **Expectativa de realização** - De acordo com o vencimento das operações, conforme tabela abaixo:

Exercício	Crédito tributário	Valor presente (*)
2017	24.617	22.367
2018	9.800	8.264
2019	7.877	6.844
2020	15	13
2021	1.141	986
2022	<u>861</u>	<u>743</u>
Total	<u>44.311</u>	<u>39.217</u>

(*) O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

18 Passivos por impostos correntes e diferidos

	2016	2015
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	12.237	2.878
Contribuição social a pagar	14.437	2.388
Outros impostos e contribuições a recolher	8.288	14.330
	34.962	19.596
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido	22.250	14.438
Contribuição social diferida	30.655	19.973
	52.905	34.411
Total	87.867	54.007

19 Outros ativos

A rubrica de outros ativos está representada substancialmente por valores a receber de entidades ligadas - que em 31 de dezembro de 2016 era representada pelo montante de R\$ 9.739 (R\$ 9.419 em 31 de dezembro de 2015) e câmbio comprado a liquidar no montante de R\$ 983.138.

20 Outros passivos

	2016	2015
Pessoal	100.957	110.317
Plano de incentivos em Ações (1)	52.458	48.769
Juros sobre capital próprio a pagar	118.736	78.056
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.502	137.348
Outros	3.383	30.400
Total	278.036	404.890

- (1) Não existem valores disponíveis (“*vested*”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

21 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis. instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	11.653	7.477	8.399	8.954	37	36.520
Aquisições		9		924		933
Transferência						-
Baixas			(776)	(1.555)		(2.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.653	7.486	7.623	8.323	37	35.122
Saldo em 1º de janeiro de 2016	11.653	7.486	7.623	8.323	37	35.122
Aquisições		336	108	491		935
Transferências						
Baixas		(76)		(356)		(432)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.653	7.746	7.731	8.458	37	35.625
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(8.364)	(4.337)	(6.099)	(6.831)	-	(25.631)
Depreciação do exercício	(1.161)	(854)	(656)	(972)		(3.643)
Transferência						
Baixa			767	1.563		2.330
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(9.525)	(5.191)	(5.988)	(6.240)	-	(26.944)
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(9.525)	(5.191)	(5.988)	(6.240)	-	(26.944)
Depreciação do exercício	(1.161)	(725)	(435)	(932)	-	(3.253)
Transferência						
Baixas		76		356		432
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.686)	(5.840)	(6.423)	(6.816)	-	(29.765)
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.128	2.294	1.636	2.083	37	8.178
Saldo em 31 de dezembro de 2016	967	1.906	1.308	1.642	37	5.860

22 Capital e reservas

a. Capital social

O capital social está representado por 537.945.840 (2015 - 471.598.534) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2016, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 66.347 (Sessenta e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e seis reais), mediante a emissão de 66.347.306 (Sessenta e seis milhões, trezentas e quarenta e sete mil, trezentas e seis) novas ações. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2016.

Foi aprovado também o aumento de capital de R\$ 150.000 (Cento e cinquenta milhões de reais) provenientes do montante excedente da Reserva Estatutária de Lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou creditados pelo Banco Morgan Stanley, a título de remuneração do capital próprio.

Durante o exercício, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 118.736 (2015 - R\$ 78.056) e constam como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil e reduziram a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 53.431 (2015 - R\$ 35.125).

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do exercício, o montante de R\$ 9.661 (2015 - R\$ 17.400).

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício, não distribuído após todas as destinações.

O Banco deliberará a respeito da destinação das Reservas Estatutárias em Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 30 de abril de 2017.

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era a seguinte:

	2016	2015
Capital	988.431	772.084
Reserva de capital	-	-
Reserva de valor justo	42.316	26.916
Outras reservas e resultados acumulados	704.335	774.072
Total do patrimônio líquido	1.735.082	1.573.072

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem exclusivamente a outras partes relacionadas.

	2016	2015
Ativo		
Aplicação em depósitos interfinanceiros		
Morgan Stanley Co.	56.927	4.055.955
Valores a receber de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	223.390	1.594.952
Valores a receber prestação de serviços		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	6.348	7.746
Morgan Stanley Participações Ltda.	3.110	2.934
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	282	241
Passivo		
Depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(1.116.002)	(978.991)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(16.098)	(125.338)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(23.746)	(18.765)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(26.628)	(45.533)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira		
Morgan Stanley Co.	(771.580)	(379.704)
Obrigações por operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(820.941)	(901.369)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(277.309)	(128.422)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(5.732)	(2.670)
Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	-	(51.354)
Valores a pagar de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(327.822)	(1.614.604)
Outros valores a pagar		
Morgan Stanley and Co Inc.	(315)	(161.050)
Resultado		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(926.054)	160.018
Despesas de depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(91.438)	(114.381)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(1.962)	(93.089)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(2.727)	(2.079)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(5.533)	(4.190)
Despesas de depósitos interfinanceiros		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	(222)
Despesas de operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(107.256)	(103.828)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(472)	(4.781)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(113.105)	(78.124)
Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	(43.258)	(31.796)
Outras receitas operacionais		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	13.599	13.913
Morgan Stanley Participações Ltda.	1.196	3.987
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	1.185	1.227

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Consolidado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2016	2015
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	39.103	29.322
Encargos sociais	13.202	9.938
	2016	2015
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	28.691	13.187
Plano de compensação diferida	3.997	1.375
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	11.364	5.053

- (1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o exercício foram pagos R\$ 2.312 (2015 - R\$ 2.715) a título de previdência suplementar.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de restrição (“*vesting period*”).

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêm o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição (“*vesting period*”). Os planos são liquidados em dinheiro no final do período de aquisição.

No decorrer do ano de 2016, Morgan Stanley outorgou 351.139 unidades de ações (2015 - 249.120 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$ 31.9601 (2015 - US\$ 34,5835), considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2016, o Consolidado possuía passivos contingentes de natureza trabalhista no montante de R\$ 1.552. A administração não tem conhecimento de nenhuma contingência passiva classificada como perda provável. Desta forma não há provisão constituída para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O Banco Morgan Stanley é réu em disputa judicial acerca do valor de vencimento antecipado de contratos de derivativos envolvendo o valor total de R\$ 87.338 (2015 - R\$ 64.867). A possibilidade de perda é considerada possível, de acordo com a análise de assessor jurídico externo.

O Consolidado também é parte em outros processos de natureza trabalhista e fiscal nos quais a possibilidade de perda é considerada possível de acordo com a análise de assessores jurídicos externos, disponsada assim a necessidade de constituição de provisão.

25 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local.

A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento a cerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gestão de Risco de Crédito consistem de avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, além de monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estão relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gestão de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley e possui limites globais de concentração de portfólio por país, indústria, tipo de produto e contraparte. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gestão de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gestão de Risco de Crédito. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 13.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou

compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Abaixo apresentamos a segregação dos ativos financeiros, por rating de crédito, considerando o valor contábil da exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

31 de dezembro de 2016	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	211.255	6.218	1.107.260	248.391	81	1.573.205
Outros ativos para negociação	-	-	666.758	-	-	666.758
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	-	-	945.515	-	-	945.515
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	-	-	209.565	-	-	209.565
Operações compromissadas	-	-	2.341.109	-	-	2.341.109
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	-	-	21.537	967	1.923	24.427
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	372.888	-	-	372.888

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2016

31 de dezembro de 2015	Classificação interna					Total
	A	BBB	BB	B	CCC	
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	1.021.928	107.267	2.371.441	922.757	1.476	4.424.869
Outros ativos para negociação	-	362.189	-	-	-	362.189
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	-	1.090.064	-	-	-	1.090.064
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	54.032	1.061.439	-	-	-	1.115.471
Operações compromissadas	-	1.560.327	-	-	-	1.560.327
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	-	136	31.708	8.742	-	40.586
Negociação e Intermediação de Valores	-	109.789	-	-	-	109.789

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AAA	Risco Baixo	Operações com clientes considerados com boa qualidade de crédito, bons fatores qualitativos e quantitativos
AA		
A		
BBB		
BB	Risco Médio	Operações com clientes considerados com média qualidade de crédito, incluindo certos fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
B		
CCC		
D	Risco alto	Operações com clientes considerados com baixa qualidade de crédito, com vários fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis

31 de dezembro 2016	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	904.252	304.531	158.580	23.641	182.200	1.573.204
Outros ativos para negociação	666.758	-	-	-	-	666.758
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	945.515	-	-	-	-	945.515
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	424	203.501	5.215	425	-	209.565
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras						
Operações compromissadas	-	-	-	1.692.048	649.061	2.341.109
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	5.703	1.988	6.256	5.405	5.075	24.427
Negociação e Intermediação de Valores	372.888	-	-	-	-	372.888

Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possuía garantias de clientes para operações de derivativos no montante de R\$121.257 (2015 - R\$ 142.602).

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Atualmente, o Banco Morgan Stanley não atua em atividades de empréstimos corporativos no Brasil. Entretanto, o Morgan Stanley possui Políticas e Procedimentos de Crédito Globais estruturados para avaliação de devedores e determinação de limites de risco de crédito. No caso do Morgan Stanley decidir atuar em operações de empréstimos no futuro, as Políticas e os Procedimentos Globais seriam aplicados no Brasil.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda com relação à diminuição no valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações no nível de preço de variáveis de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e commodities.

Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é parte integral da cultura do Grupo Morgan Stanley, que é responsável por garantir que suas exposições a fatores de risco de mercado são gerenciadas efetivamente, assegurar a aderência a limites, e manter os escalões mais altos a par dos riscos materiais e maiores concentrações.

O Comitê de Risco do Grupo delegou ao Departamento de Risco de Mercado (“MRD”) a responsabilidade de administrar os níveis de risco de mercado com relação ao apetite ao risco estabelecido pela empresa. O comitê também atribuiu responsabilidade ao MRD por: identificar, medir, monitorar e reportar, diariamente, a exposição agregada a fatores de risco de mercado do Grupo, assegurar a aderência a limites de risco pré-estabelecidos e garantir a incorporação de todos os riscos materiais nos relatórios de risco.

O risco de mercado é monitorado de mais de uma forma: através do cálculo de sensibilidade a fatores de risco, através de testes de estresse e análise de cenários, e estatisticamente, usando medidas como VaR (“Value at Risk”).

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e *trading*, o Grupo Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. Outros fatores de risco aos quais o Grupo está exposto incluem volatilidade e *spreads* de juros e taxa de câmbio.

As atividades das quais estas exposições emergem e os mercados nos quais o Grupo é participante ativo incluem: títulos públicos, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são gerenciados com as ferramentas previamente mencionadas, incluindo cálculo de sensibilidade a fatores de risco, VaR e estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (*1 basis point*) na estrutura a termo de taxa de juros.

Data	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2016	(12.741)	17.874	(29.795)	9.974	(31.707)	(46.395)
Dezembro 2015	(5.754)	(4.422)	8.315	28.885	(26.853)	171

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível prever no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de probabilidade. Ao contrário de muitas outras mensurações de risco de carteira, o VaR agrega os riscos associados a carteiras com vários ativos e moedas em um único valor de risco.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor de carteiras de investimentos, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco ou índices; e informação sobre a sensibilidade da carteira a mudanças nestes fatores ou índices.

Os modelos de VaR do Grupo evoluem em resposta a mudanças na composição das carteiras de investimento e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Grupo continuamente revisa e aperfeiçoa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado. Como parte deste processo, novos fatores de risco sistêmico e específico podem passar a ser considerados no cálculo do VaR, melhorando a capacidade do Grupo de estimar riscos de setores ou ativos específicos.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira de investimentos.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com os 4 anos de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedged* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de investimento que possam vir a ocorrer no futuro.
5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Grupo está ciente destas e outras limitações e, desta forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Conforme previamente mencionado, este processo também incorpora testes de estresse e análise de cenários, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e global. A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Grupo em dezembro de 2016 e dezembro de 2015.

Categoria	2016		2015	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	5.523.994	1.504	686.303	837
Ações	16.815	6.965	(45.903)	4.994
Taxa de Câmbio	86.429	1.883	715.065	6.251
Outros	0	0	3.987	73
Subtotal	8.154.050	10.353	1.359.452	12.155
(-) Benefício de Diversificação (a)		3.009		4.014
Total VaR Negociado		7.344		8.141
Total VaR Não Negociado		0		1.440
VaR Total		7.344		7.782

(a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95% VaR	95%/ VaR diário 2016				95%/ VaR diário 2015			
	Final do período	Média	Máxima	Mínima	Final do período	Média	Máxima	Mínima
<i>Categoria de risco de mercado:</i>								
Taxa de Juros	1.504	1.755	6.118	645	837	1.347	12.065	270
Ações	6.965	7.193	12.439	4.177	4.994	5.513	13.026	2.897
Taxa de Câmbio	1.883	1.635	17.256	80	6.251	99	22.655	99
Outros	0	13	70	0	73	20	159	20
Categorias primárias de Risco (VaR)	10.353	10.597	35.883	4.901	12.155	9.584	25.602	3.413
Benefício de diversificação (1)(2)	(3.009)	(2.784)			(4.014)	(2.944)	N/A	N/A
VaR Total Administrado	7.344	7.812	17.770	4.401	8.141	6.640	25.602	3.413

(1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.

(2) N/A - Não Aplicável. Os valores mínimos e máximos de VaR para o total de VaR de cada componente pode ter ocorrido em diferentes dias ao longo do ano, portanto o benefício de diversificação não é uma medida aplicável.

Stress VaR

Além do VaR, o Grupo Morgan Stanley também utiliza S-VaR (“Stress VaR”), que é uma metodologia proprietária que busca medir o risco de mercado e crédito, levando em consideração diferentes características de liquidez dos riscos (em contraste ao VaR tradicional, que é tipicamente calculado com o mesmo horizonte para todos os tipos de risco).

S-VaR simula cenários de estresse baseados em mais de 25 anos de dados históricos e tenta capturar as diferenças em liquidez dos vários tipos de riscos. Além disso, S-VaR captura eventos relevantes para carteiras de crédito, como *defaults* e outros eventos de crédito.

Também é responsabilidade do MRD a manutenção dos sistemas que calculam VaR e S-VaR.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-16		31-dez-15	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa	2.774.226	1.775.906	852.092	1.132.235
	Balcão	15.040.061	15.362.650	286.744	1.192.091
Taxa de juros	Total	17.814.287	17.138.556	1.138.837	2.324.326
	Bolsa	180.032	288.843	173.067	204.122
	Balcão	10.649.982	10.597.513	1.577.635	831.525
Taxa de Câmbio	Total	10.830.014	10.886.356	1.750.702	1.035.647
	Bolsa	3.851.004	3.317.443	679.025	691.732
	Balcão	173.626	181.430	41.569	-
Preço de Ações	Total	4.024.630	3.498.873	720.594	691.732
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	11.767	11.767	133.758	129.771
Preço de Mercadorias (Commodities)	Total	11.767	11.767	133.758	129.771

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-16		31-dez-15	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa	-	-	136.080	210.846
	Balcão	5.134.320	286.058	1.871.794	2
Taxa de juros	Total	5.134.320	286.058	2.007.874	210.848
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	1.108.780	966.009	-	-
Taxa de Câmbio	Total	1.108.780	966.009	-	-
	Bolsa	1.776.679	2.285.621	-	-
	Balcão	-	-	-	-
Preço de Ações	Total	1.776.679	2.285.621	-	-

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos. O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações potencialmente causando problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A política de liquidez é definida em linha com as políticas globais determinadas pela matriz.

Na matriz, a Diretoria delegou responsabilidades ao Comitê de Risco (FRC), que é composto por Gerentes Seniores da empresa, para definirem as políticas de liquidez e as informarem para o Comitê de Ativos e Passivos - ALCO e todas as Tesourarias Corporativas da empresa. O ALCO deve rever e aprovar o plano anualmente, assim como a Diretoria da empresa.

No Brasil, as diretrizes da Política ALCO são utilizadas pela Tesouraria Corporativa para definir práticas com foco específico no gerenciamento do risco de liquidez para o Consolidado Morgan Stanley S.A., levando em conta a Resolução 2804 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), de 21 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

	2016				Total
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Instrumentos financeiros mantidos para negociação					
Credores por empréstimos de ações	1.396.788	-	-	-	1.396.788
Outros credores por liquidação pendente	172.016	-	-	-	172.016
Contratos de swaps					
Diferencial a receber	267.558	145.118	4.759	152.346	569.781
Diferencial a pagar	330.707	175.286	4.850	130.451	641.294
Contratos de NDF					
Diferencial a receber	34.501	-	6.377	-	40.877
Diferencial a pagar	80.091	413	5.458	-	85.962
Contratos a Termo					
Diferencial a receber	-	-	-	29.855	29.855
Diferencial a pagar	-	-	-	29.584	29.585
Opções	287.502	1.996	-	-	289.497
Futuros	3.862	-	-	-	3.862
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Operações compromissadas	-	-	953.283	150.698	1.103.981
Depósitos de clientes					
Depósitos	704.238	1.000.733	-	-	1.704.971

	2015				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Instrumentos financeiros mantidos para negociação					
Credores por empréstimos de ações	459.538	-	-	-	459.538
Outros credores por liquidação pendente	268.087	-	-	-	268.087
Contratos de swaps					
Diferencial a receber	425.755	1.092.951	810.687	742.788	3.072.181
Diferencial a pagar	(505.094)	(1.067.509)	(915.760)	(723.636)	(3.211.999)
Contratos de NDF					
Diferencial a receber	212.939	252	-	-	213.191
Diferencial a pagar	182.528	3.137	-	-	185.665
Contratos a Termo					
Diferencial a receber	770.552	-	-	-	770.552
Diferencial a pagar	770.498	-	-	-	770.498
Opções					
	(237.331)	-	-	-	(237.331)
Futuros					
	122	-	-	-	122
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Operações Compromissadas	1.083.664	-	-	-	1.083.664
Depósitos de clientes					
Depósitos	4.472.559	1.176.503	-	-	5.649.062

e. Risco operacional

Definição de risco operacional

Risco Operacional refere-se ao risco de perda ou potencial prejuízo a reputação da empresa, resultante de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. O Morgan Stanley pode incorrer em Risco Operacional em todo o escopo de suas atividades, incluindo tanto aquelas que geram receita, quanto as dos Grupos de Supervisão.

Governança e definição de padrões

O Departamento de Risco Operacional estabelece padrões gerais de mensuração, monitoramento e gestão do risco operacional, incluindo as políticas de risco, a nomenclatura padrão para coleta de dados e processos para supervisão e reporte de problemas, para toda o Banco.

Coleta de dados

A coleta de dados engloba a identificação e coleta de incidentes de risco operacional internos, dados sobre eventos externos e indicadores monitorados pelas Divisões e pelos Grupos de Supervisão. Informações também são coletadas das Divisões e Grupos de Supervisão na forma de questões pendentes, itens de foco gerencial e relatórios (Auditoria Interna, Compliance, SOX, Avaliações Integradas, etc.). Políticas descrevendo os padrões para coleta de dados são incluídas quando necessário, como anexos deste documento.

Avaliação, análise e cálculo do capital requerido.

Os dados coletados na Empresa são utilizados de forma agregada, para análise nos Programas de indicadores, Métricas e Incidentes de Risco Operacional e como informações, tanto para as Auto-avaliações de Risco e Controle, quanto para a Análise de Cenários, do Programa Integrado de Avaliação.

Divulgação de informações

O Departamento de Risco Operacional fornece, periodicamente, para as várias áreas interessadas (Diretoria, Grupos de Supervisão e Divisões), relatórios gerenciais independentes, com o perfil de risco operacional do Morgan Stanley, que inclui Itens de Foco Gerencial (MFI), tendências, situação dos indicadores, os incidentes operacionais e capital requerido, e escala questões relevantes.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, ao grupo chamado de "Capital Team", parte da Tesouraria Corporativa Global, responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações. A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, de agências de "rating" ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

O plano de capital da firma é apresentado regularmente os seguintes comitês: "ICAAP Steering Committee", "Firm Assets and Liabilities Committee", "Firm Risk Committee" e apresentado ao "Board of Directors ou Board Risk Committee" do Morgan Stanley nos Estados Unidos. Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido. A política "Internal Capital Adequacy Assessment Process" determina que o grupo monitore o capital tanto da matriz como de suas subsidiárias.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa local que se reporta à Tesouraria Corporativa Global, é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.morganstanley.com.br/> (item - Informações Regulatórias).

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

A partir da data-base de março de 2003, o Banco Morgan Stanley passou a adotar a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1º da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Morgan Stanley S.A. e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e das alterações introduzidas pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13.

A partir de 31 de outubro de 2013 entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III.

O índice da Basileia em 31 de dezembro de 2016 é de 25,79% (2015 - 18,20%), conforme composição refletida no quadro abaixo.

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	2016	2015
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	3.797.945	10.053.620
RWA - Risco de Mercado - RWAmcpad	4.023.964	2.078.729
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	1.221.527	912.365
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	9.043.436	13.044.714
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	893.039	1.434.919
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	2.332.340	2.374.407
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.439.301	939.488
Índice da Basileia = PR*9.875%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	25.79%	18.20%
Razão de Alavancagem	20.67%	13.73%

i. Composição do Patrimônio de Referência Requerido- Basileia III

Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	2.332.340	2.374.407
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	1.789.734	1.591.724
Patrimônio de Referência Nível I	2.332.340	2.374.407
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	542.606	782.683
Margem sobre o Capital Principal Requerido	1.925.385	1.787.395
Capital Principal para comparação com RWA	2.332.340	2.374.407
Capital Principal - CP	2.332.340	2.374.407
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	406.955	587.012
Margem sobre o PR considerando a RBAN	1.439.300	939.488
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	893.039	1.434.919
Valor correspondente ao RBAN	-	-
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	463.476	668.542
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	406.955	587.012
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	2.332.338	2.374.407
Limite para Imobilização	1.166.169	1.187.203
Valor da situação para o Limite de Imobilização	19.643	11.986
Valor da Margem	1.146.526	1.175.217